

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CARGA DE
AR COMPRIMIDO**

Reserva, 29 de abril de 2026.

1. DO OBJETO.

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de carga de Ar Comprimido para o Pronto Atendimento Municipal, conforme condições e exigências estabelecidas na tabela abaixo;

1.2. Descrição do objeto:

ITEM	QTDE	U.R.	DESCRIÇÃO	CATMAT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	50	UND	CARGA DE AR COMPRIMIDO 10M ³ – ACONDICIONADO EM CILINDROS DE 10 M ³ . OS CILINDROS DE GASES MEDICINAIS DEVERÃO ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS). PARA SER UTILIZADO EM REDE DE AR COMPRIMIDO. OS CILINDROS DEVEM SER FORNECIDOS EM REGIME DE COMODATO.	366184	R\$ 364,17	R\$ 18.208,50

1.3. Os serviços retratam a realidade atual do mercado, devendo **A CONTRATADA**, prezar por um serviço de qualidade, tendo como referência a data da ordem de fornecimento e o prazo estabelecido;

1.1. Conforme já estabelecido no Estudo Técnico Preliminar, a presente contratação deverá ser realizada por **ITEM**, pois por se tratar de itens com funcionalidades autônomas, cujas especificidades técnicas permitem que diferentes fornecedores possam atender de forma independente, sem comprometer a eficiência ou a integração do conjunto. Essa abordagem favorece a ampliação da competitividade, possibilita maior economia de recursos públicos e proporciona mais flexibilidade na aquisição, além de permitir o melhor aproveitamento de fornecedores especializados por item.

2. DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº. 14.133/2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO.

3.1. Com base no Estudo Técnico Preliminar que concluiu pela viabilidade da contratação, a aquisição de cargas de ar comprimido justifica-se pela necessidade de garantir o pleno funcionamento da rede de gases medicinais utilizada nas unidades de saúde do município. O ar comprimido medicinal é amplamente utilizado em procedimentos assistenciais, especialmente em

atendimentos, nebulizações, acionamento de equipamentos médicos e demais procedimentos que dependem de pressão controlada de gases. Dessa forma, a disponibilidade contínua desse insumo é essencial para assegurar a adequada assistência aos pacientes.

- 3.2. Vale ressaltar que o presente processo se faz necessário visto que o anterior realizado, Dispensa nº 17/2026, o item referente a carga de Ar Comprimido não obteve empresa vencedora, sendo necessária a realização de novo processo.
- 3.3. O demonstrativo dos quantitativos, com as respectivas memórias de cálculo encontram-se em anexo a este Termo de Referência e conforme o Estudo Técnico Preliminar.
- 3.4. Encontra-se juntos aos orçamentos, extrato de contratação de pessoa jurídica para fornecimento de carga de ar comprimido, retirado do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em âmbito nacional e, também, do site BLL Compras para compor a cesta de preços.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

- 4.1. Contratação de empresa para fornecimento de carga Ar Comprimido para o Pronto Atendimento Municipal, através de processo de licitação na modalidade **Dispensa Eletrônica**, sendo licitado por **ITEM**, conforme disciplinado no Estudo Técnico Preliminar.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

- 5.1. **A CONTRATADA** obriga-se a responder pela qualidade e integridade dos serviços prestados;
- 5.2. Os cilindros de armazenamento devem ser fornecidos em regime de comodato pela **CONTRATADA**;
- 5.3. As licitantes vencedoras deverão atender a toda a legislação afeta à área e normas técnicas em vigor correspondente prestação de serviços, expedidas pelos órgãos e agências reguladoras competentes;
- 5.4. **A CONTRATADA** deve comunicar a Administração, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) que antecede a data de realização dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.5. Serão de exclusiva responsabilidade da contratada:

- a) O fornecimento do quantitativo total da Nota de Empenho;
 - b) A manutenção, durante toda a execução do contrato, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas;
- 5.6. **A CONTRATADA** é responsável pelos vícios e danos decorrentes dos serviços, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/1990);
- 5.7. **A CONTRATADA** não poderá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- 5.8. **A CONTRATADA** não poderá utilizar de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.9. **A CONTRATADA** deve aceitar que os quantitativos poderão ser acrescidos ou suprimidos em até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato, conforme o artigo 125 da Lei 14.133/2021;
- 5.10. **A CONTRATADA** é responsável pela garantia dos serviços ofertados (observando os prazos fixados no Código de Defesa do Consumidor);
- 5.11. A Secretaria rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento em desacordo com as condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência;
- 5.12. Não poderão disputar a licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente no edital de licitação;
- 5.13. **A CONTRATADA** deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução do objeto, previstas na IN nº. 01, de 19/01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (no que couber);

- 5.14. Os itens devem ser entregues no Pronto Atendimento Municipal – Rua Ademar Holleben, S/N, Bairro Santa Helena, Reserva-PR, CEP 84.320-000.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

- 6.1. As entregas deveram ser integral ou parcial, de acordo com a emissão de Nota de Empenho e de Ordem de Serviço ou outro documento de solicitação, que será encaminhado pelo fiscal do contrato, sendo que o prazo máximo para execução das entregas de **10 (dez) dias úteis**, em **casos de emergência** a entrega deve ser feita em até **24 (vinte e quatro) horas**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho e da Ordem de Serviço, sendo considerado inadimplemento a entrega de outra forma, ensejando, consequentemente, a convocação da segunda colocada, ensejando ainda as penalidades cabíveis;
- 6.2. O prazo a que se refere o subitem anterior poderá ser prorrogado, a critério da Administração, desde que requerido pela adjudicada por escrito, em 48 (quarenta e oito) horas antes do seu termo final e desde que ocorra motivo justificado;
- 6.3. Após a comunicação formal com a empresa a ser contratada, deverá realizar as entregas, conforme solicitação Secretaria Municipal de Saúde.
- 6.4. As entregas deverão ser realizadas conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde;
- 6.5. Os serviços serão realizados, tendo acompanhamento e fiscalização do fiscal de contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- 6.6.1 O responsável designado para acompanhar os serviços, emitir relatórios sobre a execução dos serviços e atestar as Notas Fiscais, será o seguintes servidor:
- I. José Neri Sutil – Matrícula nº 1172**
- 6.6. Os mesmos serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser realizados no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

- 6.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 6.8. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 7.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos;
- a) O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- b) O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 7.3. **A CONTRATADA** será obrigada a reparar, corrigir, remover, substituir, as suas expensas, no total ou em parte, os itens que apresentarem imperfeições, avarias, mal funcionamento, defeitos ou que estejam em desacordo com as especificações técnicas do edital;
- 7.4. **A CONTRATADA** será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não exclua nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- 7.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 7.5.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

- 7.6. As comunicações entre a fiscalização e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 7.7. O gestor do contrato poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 7.8. Serão exigidos da contratada:
- a) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
 - b) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
 - c) Certidão Negativa de Débitos Federais;
 - d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
 - e) Certificado de Regularidade do FGTS.

8. PAGAMENTO.

- 8.1. O pagamento será realizado conforme cronograma estabelecido na Portaria n.º 2321/2018: <https://www.reserva.pr.gov.br/uploads/legislacao/PORTARIA-NR-2321-2018.pdf>, após o recebimento definitivo, mediante apresentação da respectiva nota fiscal, através de transferência eletrônica para o banco e conta corrente indicada pela Licitante na proposta de preços.
- 8.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
- 8.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
- 8.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
- 8.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

- 8.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica estipulada correção monetária pelo índice do INPC (IBGE) entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de licitação, na modalidade **Dispensa Eletrônica**, com fundamento na hipótese do artigo 75, da Lei nº. 14.133/2021, com o critério de julgamento menor preço por lote;
- 9.2. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos;
- 9.3. O critério de julgamento da proposta é o menor preço;
- 9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar:
- a) Habilitação Jurídica:
 - I. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores;
 - II. Inscrição do ato constitutivo, no caso e sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
 - III. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
 - b) Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:
 - i. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
 - ii. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles

relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- iii. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
 - iv. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº5.452, de 1º de maio de 1943;
 - v. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - vi. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
 - vii. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- c) Qualificações Técnicas:
- i. Apresentação de 01 (um) ou mais, atestado(s) de capacidade técnica, em nome da proponente, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando que a licitante já forneceu objeto semelhante ao licitado.
 - ii. Autorização de Funcionamento – AFE da empresa licitante emitido pela ANVISA, atualizado. Caso seja isenta, apresentar **Comprovação documental da isenção**, como publicação legal, nota técnica ou consulta formal à ANVISA.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

- 10.1. O valor estimado desta contratação é de **R\$ 18.208,50 (Dezoito mil, duzentos e oito reais e cinquenta centavos)**, conforme relatório de pesquisa de preços em anexo.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento das Secretarias para o exercício de 2026;
- 11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS.

- 12.1. Este Termo de Referência foi elaborado pelo Assessor de Departamento de Saúde na pessoa da assessora Ana Carolini Monteiro a seguir identificado, em conformidade com a legislação específica e com a necessidade da Administração.

Município de Reserva, 29 de abril de 2026

Ana Carolini Monteiro
Assessora Departamento de Saúde
Portaria 4949/2025